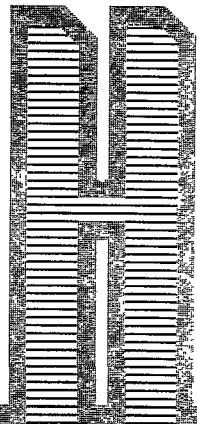




DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — № 136

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

“EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI Nº 13, DE 1984 (CN), QUE “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1985”. (VALORES EM CR\$ 1.000)

RETIFICAÇÕES

No índice das emendas, publicada no rosto do Suplemento ao **DCN** nº 133, de 19 de outubro de 1984,

Onde se lê:

PARLAMENTAR	ÓRGÃO	EMENDAS
.....		
.....		
Senador PASSOS PÔRTO	Texto da Lei e Receita	4 a 6
Senador PASSOS PÔRTO		
e outros	Texto da Lei e Receita	3 a 5
.....		
.....		
.....		
Leia-se		

PARLAMENTAR	ÓRGÃO	EMENDAS
.....		
.....		
Senador PASSOS PÓRTO	Texto da Lei e Receita	4 e 6
Senador PASSOS PÓRTO		
e outros	Texto da Lei e Receita	3 e 5
.....		
.....		
.....		

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

No mesmo suplemento, na página 0010, 1ª coluna, nas Emendas nºs 41 e 42,

Onde se lê:

EMENDA Nº 41

Destaque-se: Sete Quedas (MS) — 20.000

EMENDA Nº 42

Destaque-se:

Construção do Armazém para Maçã em Curitiba — SC — 30.000.000

Leia-se:

EMENDA Nº 41

Destaque-se: Sete Quedas (MS) — 20.000

Dep. Ruben Figueiró

EMENDA Nº 42

Destaque-se:

Construção do Armazém para Maçã em Curitiba — SC — 30.000.000

Dep. João Paganella

SUMÁRIO

1 — ATA DA 335ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE OUTUBRO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício

— Do Presidente da Comissão Mista, solicitando prorrogação de prazo para emissão de parecer de matéria que menciona. Deferido

1.2.2 — Discurso do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Pleito da Organização das Cooperativas Brasileiras, de continuarem retendo 5% da contribuição devida ao INPS.

DEPUTADO JOSÉ FREJAT — Publicação de trabalho do Jornalista Amaury Pinheiro, intitulado — Tucuruí a Serviço de Japoneses e Americanos.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — Apelo ao Ministro das Relações Exteriores no sentido de que seja designado um embaixador brasileiro permanente na Irlanda. Discurso do Dr. Patrick J. Hillery, Presidente daquele País, proferido na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, realizado em Estrasburgo.

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO — Considerações sobre artigos publicados em órgãos da im-

prensa baiana, a respeito da entrevista concedida por S. Exª à *TV Aratu*, em Salvador, com relação ao processo sucessório.

DEPUTADO RAIMUNDO LEITE — Rebate a críticas formuladas ao Governador Franco Montoro, por prefeitos do PDS de municípios paulistas, reunidos recentemente na cidade de São Paulo.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Implantação pelo Governo de São Paulo do Programa Pró-Luz/84.

DEPUTADO HÉLIO DUQUE, como Líder do PMDB — Críticas ao Senador Moacyr Dalla em função das medidas adotadas pela Mesa do Senado Federal, estabelecendo a votação secreta para escolha dos delegados que irão ao Colégio Eleitoral.

DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO, como Líder do PT — Comportamento do Presidente do Congresso Nacional, em recentes acontecimentos ligados ao processo sucessório.

1.2.3 — Questão de ordem

Formulada pelo Sr. Jorge Vianna e acolhida pela Presidência, atinente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 336ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE OUTUBRO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Ofício

Do Presidente da Comissão Mista de Orçamento, solicitando prorrogação de prazo para emissão de pareceres. Deferido.

2.2.2 — Discurso do Expediente

DEPUTADO HÉLIO DUQUE, JOSÉ GENOÍNO e GIOIA JUNIOR, respectivamente, como Líderes do PMDB, PT e PDS — Considerações sobre o ato baixado pela Mesa do Senado Federal, dispondo sobre a escolha dos delegados dos Estados do Colégio Eleitoral.

DEPUTADO CARDOSO ALVES — Indagando da Presidência, sobre o processo a ser adotado para

que seja apurada a responsabilidade, nos termos Constitucionais, de membros da Mesa Diretora do Senado.

DEPUTADO EVANDRO AYRES DE MOURA
— Apelo às diretorias de bancos oficiais, em favor da melhoria salarial de seus funcionários.

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Reparos aos conceitos emitidos pelo Deputado Gerson Peres em aparte concedido ao discurso pronunciado em recente sessão da Câmara dos Deputados, pelo Sr. Deputado Wilmar Palis, a propósito do comportamento dos integrantes da Frente Liberal. Protesto contra ato da Mesa Diretora do Senado, a respeito da escolha dos delegados dos Estados ao Colégio Eleitoral

2.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3 — ENCERRAMENTO.

4 — RETIFICAÇÕES

— Atas de comissão mista.

Ata da 335ª Sessão Conjunta, em 23 de outubro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Marco Maciel — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Morvan Acaiyaba — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Afonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Geraldo Fleming — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; João Faustino — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Joacil Pereira — PDS; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS.

Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB;

Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Giulio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; José Carlos Fagundes — PDS; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Melo Freire — PMDB; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Raul Belém — PMDB; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Mendonça Falcão — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oscar

Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; João Gilberto — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 57 Srs. Senadores e 167 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e deferido o seguinte

Brasília, 22 de outubro de 1984.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre as propostas de Emenda à Constituição de nºs 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, e 70, de 1984, que “alteram, acrescentam e suprimem dispositivos da Constituição”, solicitamos a Vossa Excelência a prorrogação por 30 (trinta) dias, do prazo concedido a este órgão para apresentação do parecer e que se encerrará no dia 23 de outubro do corrente.

O pedido em apreço justifica-se pela relevância da matéria e que está a exigir do Relator, Deputado Djalma Bessa, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e elevada consideração. — Senador **Hélio Gueiros**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Instituto Nacional de Previdência Social vem denunciando, ultimamente, os convênios instituídos pelo Ato de Serviço nº 59, de 1976, e que permitiam às cooperativas agropecuárias do País reter 25% da contribuição devida ao referido Instituto. Ao que parece, essa medida foi tomada por determinação do Sr. Ministro da Previdência Social, o qual, todavia, havia prometido criar uma Comissão com a incumbência de estudar o problema.

Na verdade, esse problema demanda um exame e um estudo acurados. Não pode ser tratado, muito menos re-

solvido, de forma simplista, como parece querer o Instituto Nacional da Previdência Social.

Ainda agora, recebemos uma circular extraordinária expedida pela Organização das Cooperativas Brasileiras, entidade que representa cerca de quatro mil cooperativas, das quais 1.482 de produção rural, na qual se solicita aos parlamentares a atenção devida à questão, que é realmente importante.

Argumentam os produtores rurais, por intermédio dessa sua entidade representativa, que existem razões ponderáveis justificadoras do direito que pleiteiam de continuar a reter esses 25% da contribuição devida ao INPS. Citam, assim, dentre essas razões, o fato de que numerosas cooperativas aplicam imensos recursos em assistência médica, social, ambulatorial e odontológica, mesmo em Municípios não alcançados pela assistência previdenciária oficial. E que o fazem, embora não sejam obrigados por lei a tais encargos e responsabilidades. Informa a Organização das Cooperativas Brasileiras que, no ano passado, isto é, em 1983, essas cooperativas atenderam mais de 600 mil pessoas e que, em 1984, oito bilhões de cruzeiros já foram empregados por cooperativas em assistência médica.

Argumentam também os interessados que a retenção de 25% da contribuição ao INPS permite algumas vantagens. Uma delas é a de se resguardarem níveis altos de arrecadação para a previdência rural, posto que as cooperativas, por sua natureza e estrutura, não sonham, não têm como sonhar, ao contrário do que acontece com o produtor individual isolado. Outra vantagem é que, com assistência médica, social, ambulatorial e odontológica prestada pelas cooperativas, de forma supletiva à oficial, alivia-se a demanda ao IAPAS, cujo atendimento em nada é melhor do que o das cooperativas.

Salientam os produtores rurais, por intermédio de sua entidade classista, que a retenção dos 25% do INPS, feita pelas cooperativas, não se constitui em favorecimento ou subsídio, sendo, antes, uma compensação pela cobrança indevida da taxa sobre valores agregados (Transporte, embalagem etc.), a qual devia incidir sobre o valor do produto agrícola **in natura**.

Evidencia-se, portanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que há uma necessidade de se estudar bem a questão. Isso significa que é preciso que realmente se constitua, e entre em ação e funcionamento, uma comissão adrede para examinar o assunto e propor uma solução adequada, conveniente, que consulte os interesses legítimos em causa.

A forma e estrutura cooperativa, que se vem desenvolvendo muito no Brasil, revela-se eficiente no aumento da quantidade e da qualidade da produção agropecuária. É dever do Estado propiciar-lhe condições a que se desenvolva ainda mais. Para tanto, uma das medidas que podem ser tomadas pelo Governo consiste em simplesmente eliminar os embaraços e entraves ao florescimento das cooperativas brasileiras.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, e Srs. Congressistas, o Brasil está sendo dilapidado pelos grupos internacionais, com a cumplicidade do sistema autoritário que aí está.

O Jornal “JOEA”, órgão oficial da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Rio de Janeiro, publicou trabalho do jornalista Amaury Pinheiro: “Tucuruí a Serviço de Japoneses e Americanos”, o qual passo a ler:

“A região da Amazônia Oriental é depositária de 18 bilhões de toneladas de ferro, 60 milhões de toneladas de manganês, 1 400 milhões de toneladas de cobre, 40 milhões de toneladas de bauxita, 124 milhões de toneladas de níquel, além de ouro, estanho, zinco, prata, cromo e amianto.

A exploração destas riquezas obedece às diretrizes do “Preliminary Study”, elaborado pelo Centro Internacional do Japão (IDCI) com a colaboração do “Keidaren”, com o objetivo de “abrir a área para os mercados mundiais”, organizando uma “base estratégica”, de desenvolvimento do “Corredor de Carajás”.

Delfin Netto e Roberto Campos, em 60/82, percorreram o mundo pedindo empréstimos e investimentos para o “Grande Carajás”, destacando as riquezas, a mão-de-obra barata e a pouca observância de normas antipoluentes. Os japoneses já esperam o ferro amazônico que os manterá entre os principais na siderurgia mundial.

A Companhia Vale do Rio Doce (estatal) está construindo uma ferrovia de 890 km que liga Carajás a São Luiz e ampliando o porto na Ponta Madeira, a fim de exportar os minérios, em especial o ferro. A ELETRONORTE constrói a Hidrelétrica de Tururuí, Xingó e Stª Isabel, nos rios Tocantins e Araguaia; e planeja as hidrelétricas de Altamira — Belo Monte, no rio Xingu; tapajós, no rio que lhe dá o nome; Samuel e Balbina, no rio Amazonas.

Tucuruí visa alagar 2.160 km², com a remoção de árvores por um “pool” inicialmente liderados pela CAPEMI. Esta aplicaria 110 milhões de dólares no desmatamento, com financiamento firmado pelo Presidente Figueiredo, em junho/81, no banco francês Lazer Freres, para exploração de 7,64 milhões de m³ de madeira (revista da CAPEMI, jan/81). Em fins de 1981, já se sabia que a agropecuária fracassaria: o coordenador do projeto Tucuruí, Roberto Amaral, já declarava que “até fins de 83, quando as comportas da hidrelétrica seriam fechadas, pelo menos três milhões de m³ seriam comercializados”; não atingindo, portanto, metade da meta da CAPEMI.

Em seu trabalho na floresta, a agropecuária realizou um grande desfavor ao povo ribeirinho: usou, em 82, o pentaclorofenol (o “Pó da China”) que libera uma toxina, poluindo o rio, pondo em risco a represa e a vida da flora, da fauna e das populações que vivem às margens dos rios.

A hidrelétrica é fundamental para o “Projeto Grande Carajás, em especial para os planos de exploração da bauxita, minério que transforma-se em alumina e, posteriormente, em alumínio, liberando um poluente conhecido como “lama vermelha” (dióxido de enxofre). Estima-se que de 50 a 60% do capital empregado na produção é aplicado em energia.

Os principais interessados na construção de Tucuruí são japoneses e americanos, através dos projetos ALBRÁS/ALUNORTE e ALCOA.

O projeto ALBRÁS/ALUNORTE, localiza-se em Barcarena nas proximidades de Belém, Pará. A CVRD está associada a capitais japoneses, através da NALCO previsto para entrar em ação em 1985, produzindo 800 mil toneladas de alumina e 320 mil toneladas de alumínio por ano, o projeto depende de Tucuruí, da qual consumirá 930 quilowatts, com desconto de 15% em relação às tarifas de energia elétrica vigentes.

Outro investimento que não tem interesse em atrasos na construção da hidrelétrica é o projeto ALCOA (americano) que consumirá 300 quilowatts de energia em suas usinas: uma com capacidade para produzir 500 mil toneladas de alumina por ano (1ª fase) e outra para 100 mil toneladas de alumínio por ano (1ª fase). O terreno, na ilha de São Luiz, foi doado à ALCON pelo Governo do Maranhão (1980/81) e as usinas já estão se implantando.

Por fim, temos o projeto Mineração Rio do Norte, onde a CVRD está associada a ALCAN (canadense), à Companhia Brasileira de Alumínio, do empresário Ermírio de Moraes, à Shell, Reynolds entre outros. O projeto visa a exploração de 8 milhões de toneladas de bauxita por ano, em Porto Trombetas, município de Oriximiná, Pará. Sua produção de bauxita servirá de matéria-prima para a usina de ALCOA, apesar de a fmea controlar entre 20 a 30% das reservas do minério conhecido no País.

Mesmo que haja o perigo de um desastre ecológico tanto pela dioxina do "Pó da China", quanto pela "Lama Vermelha", nada pode barrar os planos dos investidores e o Governo já está com seus prazos esgotados."

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Com a palavra o nobre Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (PMDB — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o Brasil mantém relações diplomáticas com a Irlanda, porém não a nível de embaixador residente, cujas funções são cumuladas pela nossa Embaixada junto ao Mercado Comum Europeu, em Bruxelas, na pessoa do Embaixador Souto Maior. Por sua vez a República da Irlanda anteriormente tinha o mesmo Embaixador junto ao Canadá, hoje passa a ter o mesmo de Portugal. Ocorre, na verdade, que as relações Brasil-Irlanda tendem a se desenvolver cada vez mais. Apresentei, dias atrás, uma proposição ao Sr. Ministro das Relações Exteriores no sentido de realmente dar prosseguimento a esse trabalho, para que possamos ter embaixadores permanentes junto à República da Irlanda, no sentido mais prático e objetivo das nossas relações. Creio que um embaixador permanente junto à Irlanda poderá prestar melhores serviços ao desenvolvimento das relações culturais e políticas entre o Brasil e Irlanda do que qualquer um desses cônsules que foram creditados a nível de embaixador, a ponto de termos hoje na Flórida um embaixador entregando credenciais ao Pato Donald.

Portanto, é com a seriedade da política externa, que as Oposições brasileiras sempre procuraram aplaudir, que venho neste instante à tribuna trazer o depoimento que o Dr. Patrick J. Hillery, Presidente da Irlanda, dirigiu à Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa, em Estrasburgo, no dia 2 de outubro corrente, para que seja integrado em meu pronunciamento e inserido nos Anais do Congresso brasileiro, a fim de que toda a Casa possa ler, interpretar, examinar e verificar que essa proposição não pode mais ser adiada. O Governo brasileiro tem que efetivamente designar o seu embaixador permanente junto à República da Irlanda, como um ponto fundamental das nossas relações. Entendendo também que, sendo a Irlanda um dos países-membros do Mercado Comum Europeu, ao mesmo tempo em que faz parte do Clube das Nações da Europa, ele terá uma grande contribuição a prestar nas relações do Brasil com a Comunidade Econômica Européia.

Daí por que, Sr. Presidente, renovo o apelo — que, creio, será de todo o Congresso Nacional — no sentido de que o Ministro Saraiva Guerreiro tome imediatas providências a fim de designar o nosso embaixador junto a República da Irlanda em caráter permanente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

ALOCUÇÃO DE S. Ex^a, DOUTOR PATRICK J. HILLERY, PRESIDENTE DA IRLANDA, DIRIGIDA À ASSEMBLÉIA PARLAMENTAR DO CONSELHO DA EUROPA, ESTRASBURGO, EM 2 DE OUTUBRO DE 1984.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

Agradeço sinceramente a grande honra e o profundo prazer que me proporcionam ao me permitir falar para

esta Assembléia Parlamentar, cuja tradição e conduta refletem a fé dos nossos povos numa maior unidade europeia e na dedicação de seus membros a esse grande ideal.

Ao ouvir as generosas palavras de boas-vindas a mim dirigidas por V. Ex^a, Senhor Presidente, senti-me realmente gratificado. A minha presença aqui, hoje, para me dirigir às mais antigas instituições políticas européias, reacende memórias muito felizes sobre visitas anteriores que fiz a este lugar.

Tenho plena consciência da honra que V. Ex^a, Senhor Presidente, e a Assembléia me conferiram com o seu gentil convite. É uma honra que, podem ter certeza, é profundamente apreciada pelo meu país. Ao aceitar o convite fiquei desejoso de enfatizar a profunda afinidade da Irlanda com os ideais do Conselho da Europa e de enfatizar, ainda, a minha dedicação pessoal e a do meu país na realização da meta da unidade europeia.

A minha visita, portanto, é um grande prazer e uma evidência renovada, se a mesma fosse necessária, do alto apreço que o Governo e o povo da Irlanda têm pelo Conselho da Europa.

Aproveito esta oportunidade para estender uma saudação especial ao distinto Senhor Secretário-Geral, a quem expressei meus melhores votos para um período de função, que agora inicia, profícuo e bem-sucedido. Confio em que seu idealismo e seus grandes talentos pessoais darão novo ímpeto e dinamismo às atividades do Conselho.

A Irlanda tem sido membro ativo do Conselho da Europa desde a criação da Organização em 1949. Orgulha-se do fato de que desde seu início uniu-se a outros Estados-membros, movidos pelo mesmo comprometimento vigoroso na unidade europeia, na procura sincera dos objetivos consagrados no estatuto do Conselho. É significativo o fato de que os membros fundadores procurassem inspiração nas antigas raízes da cultura europeia e na herança europeia de valores morais e espirituais compartilhados. O seu realismo e sua visão estão expressados na linguagem clara e direta do estatuto. No centro das atividades desta Organização, o primeiro fruto do movimento europeu, eles colocaram a proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. O conceito europeu da dignidade humana está, assim, essencialmente relacionado com o centro moral de gravidade no qual o Conselho está firmemente ancorado.

Não surpreende, portanto, que a primeira convenção do Conselho fosse a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, que entrou em vigência há trinta e um anos. Numa era em que temos ficado habituados às demoras antes de uma convenção ser ratificada e implementada, é significativo recordar a rapidez com que a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, a obra-prima do Conselho, foi redigida, ratificada e implementada.

O lúcido realismo que inspirou as mentes dos redatores da Convenção teve eloquente expressão nos mecanismos projetados para sua implementação, o Tribunal dos Direitos Humanos e a Comissão Europeia dos Direitos Humanos, assim como o Comitê de Ministros, agindo como órgão da Convenção. Estes mecanismos protegem os direitos humanos da maneira mais eficaz. Sua eficácia é um tributo ao Conselho da Europa e à sua missão de proteger os direitos humanos.

Muito tem sido escrito sobre a proteção proporcionada ao indivíduo contra os Estados, inclusive seu próprio Estado. Não chega a ser um exagero afirmar que, se milhares de pessoas têm recorrido à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, na realidade ela tem afetado a vida de milhões de pessoas. Esse resultado deve-se não somente ao potencial inerente da Convenção, mas também ao fato de que, na prática, as leis dos Estados-membros tiveram que se adaptar às exigências da Con-

venção conforme são aplicadas pelos seus órgãos. Isto, não é preciso frisar, é um processo que tem significação universal.

O direito individual de petição tem, sem dúvida, um grande valor para aumentar a conscientização pública acerca do sistema do Conselho sobre os direitos humanos. Esta conscientização, por sua vez, tem contribuído generosamente para a eficácia do sistema. Os efeitos positivos desse sistema não estão limitados às áreas legais ou sociais. Têm também significativas consequências políticas. Os cidadãos individuais ou as minorias que acreditam que seus direitos humanos básicos foram negados ou prejudicados por deficiências nas suas instituições políticas podem sentir-se encorajados pelo fato de esses direitos estarem garantidos e protegidos internacionalmente.

Lembro com orgulho que a Irlanda estava entre os países que aceitaram desde o início, sem limite de tempo, o direito de petição individual e a jurisdição do Tribunal. Fico contente ao observar que, longe de estar satisfeito com o que foi realizado até hoje, o Conselho continua a progredir nas suas deliberações sobre novos meios para melhorar e fortalecer o sistema e dinamizar os procedimentos no processamento das solicitações.

Gostaria de render homenagem à contribuição do Conselho durante os últimos vinte anos para o progresso social nos Estados-membros através da Carta Social Europeia e seus tratados correlatos, incluindo o Código Europeu de Seguridade Social. Se a Carta Social é hoje considerada geralmente como a segunda mais importante convenção do Conselho, ela é, acredito, um parâmetro para medir o profundo desejo que existe na Europa de termos uma sociedade justa socialmente e integrada economicamente.

A Assembléia Parlamentar, tanto quanto o Comitê de Ministros, pode sentir um orgulho justificado pelo impulso criativo que tem proporcionado e que teve como resultado a formulação e redação dos dois principais instrumentos do Conselho para a proteção e promoção dos direitos humanos. A Assembléia nunca ficou satisfeita dormindo sobre os louros da vitória, se autocongratula pelas suas realizações passadas. No transcurso dos anos, sempre consciente da sua missão, os senhores têm continuado com seus esforços para promover os direitos humanos em todo o Continente e para adaptar a proteção dos mesmos contra quaisquer outros novos perigos que ameçam desgastá-los. Essa vigilância incansável tem especial importância nesta era de rápida transformação da sociedade europeia. É também animador observar que o Comitê de Ministros continua com seus esforços, mais vigorosamente do que nunca, para assegurar que os valores e ideais consagrados no estatuto do Conselho sejam promovidos e realizados.

O realce dado ao conceito de direitos humanos na área das relações internacionais foi um dos mais significativos progressos na política internacional durante os últimos quarenta anos. Foi, como mencionei anteriormente, uma das grandes realizações do Conselho da Europa e de seus Estados-membros fazer com que os interesses dos indivíduos, mesmo com relação a seus próprios governos, fossem aceitos como assunto legítimo e significativo de importância internacional. É uma realização que tem tido importantes consequências nas relações entre os Estados.

Se falei este tempo todo sobre as realizações do Conselho na área dos direitos humanos e das liberdades fundamentais é porque tenho plena certeza de que foi nessa área que o Conselho proclamou primordialmente sua vocação e estabeleceu sua identidade no cenário internacional. Ficou evidente desde o início que o Conselho não estava satisfeito apenas com ter um estatuto. Desde mu-

to cedo estabeleceu também instituições, e essas instituições ficaram identificadas entre os povos de todas as partes com os princípios básicos que inspiram todas as atividades do Conselho.

Não admira que o Conselho da Europa, que requereu dos seus Estados-membros que aceitassem os princípios do império da lei e do direito de todos desfrutarem dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, desse tanta importância à cooperação nos assuntos legais. Nesta área, as realizações do Conselho são, de fato, consideráveis. Foi feito um progresso substancial no desenvolvimento do direito internacional. A aproximação ou harmonização progressiva da legislação e das políticas legislativas dos Estados-membros nas áreas de interesse comum tem sido constantemente procurada. Os notáveis avanços feitos nessa área são claramente visíveis nas diversas convenções que tratam de temas tão diversos e complexos tais como a segurança de dados, assistência legal, trabalhadores migrantes, extradição e muitos outros acordos.

Não é animador ver países com tradições legais tão diferentes engajados numa cooperação tão frutífera? Esta não é uma área onde a estreita cooperação entre a Comunidade Européia e o Conselho é necessária? A necessidade de se ter essa cooperação ficou patente na relevante sessão da Declaração Solene da União Européia emitida em Stuttgart no ano passado. Nessa perspectiva, a possibilidade de adesão da Comunidade a certas convenções do Conselho mereceria ser explorada.

Senhor Presidente, já falei sobre a capacidade do Conselho para responder às necessidades e aspirações dos nossos povos. Desde a adoção da Convenção Cultural Européia, há trinta anos, essa capacidade tem sido evidente nas áreas da educação e da cultura. Na realidade, eu tive a oportunidade, quando fui Ministro da Educação, de obter conhecimentos e experiência de primeira mão sobre essa capacidade. Não preciso repassar perante esta Assembléia, que tantas vezes foi a mola propulsora de arrojadas iniciativas nesse setor, as muito consideráveis e duradouras realizações do Conselho na área cultural.

Tiramos lições e inspiração do passado, vivemos no presente, devemos nos preparar para o futuro esquadrihando o horizonte do ano 2000. Ao voltarmos os nossos rostos para esse horizonte, a adoção da Declaração Européia sobre Objetivos Culturais deve ser calorosamente recebida. A adoção dessa importante declaração é uma evidência renovada da oportuna resposta do Conselho às atuais aspirações e realidades, já que ela estabelece, como primeiro passo, as diretrizes para a ação futura. É uma declaração que proporcionará, tenho absoluta certeza, uma base proveitosa para a reflexão e a ação coletiva no futuro.

Nunca devemos subestimar a força do ímpeto que as forças culturais e os valores que a Europa compartilha podem dar aos esforços de todas as instituições europeias voltadas para o objetivo da unidade européia. Precisamos de, principalmente, projetos de empreendimentos que promovam, particularmente entre os nossos jovens, uma maior consciência da nossa identidade européia. Será que neste ponto não existiria espaço para uma cooperação frutífera entre a Comunidade Européia, que tem responsabilidades sociais e econômicas, e o Conselho da Europa, que tem o desenvolvimento cultural entre seus objetivos primordiais?

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, as áreas de cooperação, às quais me referi brevemente, ilustram o valor da contribuição específica do Conselho para atingir a importante meta da unidade mais estreita entre os europeus. Essa é uma meta compartilhada por todos nós aqui presentes no Conselho da Europa.

Sinto-me satisfeito ao ver que as relações entre a Comunidade Européia e o Conselho da Europa estão alicerçadas numa base tão firme e que a cooperação mútua, procurada dentro do espírito da complementaridade, produziu resultados positivos e tangíveis. É lógico que, considerando as diversas estruturas e os procedimentos diferentes da Comunidade e do Conselho, que a complementaridade caracterize a cooperação entre eles. Ninguém poderia negar que a ausência de competição e duplicação resulta no benefício da Europa como um todo. Isto requer uma troca constante de informações entre Bruxelas e Estrasburgo, particularmente a nível de intersecretariado. Os Estados-membros devem ter sempre um interesse sincero em assegurar que se faça o melhor uso dos recursos disponíveis na causa do objetivo global da unidade européia.

A designação de 1985, feita pelo Conselho e a Comunidade, como o Ano da Música Européia para celebrar o tricentenário do nascimento de três grandes compositores, Bach, Haendel e Scarlatti representa para mim um exemplo impressionante da profícua cooperação entre Bruxelas e Estrasburgo. É louvável o entusiasmo desta Assembléia ao desempenhar esse papel tão ativo e construtivo fazendo com que esse projeto se torne uma realidade.

Além de enfatizar a herança comum cultural da Europa, da qual a música é um elemento tão rico, esse projeto conjunto, que foi tão cordialmente recebido na Irlanda, deverá trazer, como seqüela, muitos benefícios práticos na forma de mais e melhores oportunidades e condições melhoradas para os jovens compositores e instrumentistas. Confio em que estamos destinados a ver outras iniciativas louváveis desse tipo, e que todas elas estarão inspiradas por uma fervorosa sensibilidade acerca das necessidades e aspirações dos jovens. Essas iniciativas só podem aprofundar o nosso apreço pela nossa herança comum e reforçar o nosso sentido de identidade européia.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, as conversações que mantive hoje aqui me proporcionaram uma nova percepção sobre o trabalho que os senhores desenvolvem. Eu sei, também, que os senhores têm pensado seriamente, tanto na Assembléia quanto no Comitê de Ministros, no futuro papel que o Conselho deverá desempenhar. Eu considero que, tendo em mente o ponto que atingimos no nosso progresso em direção à unidade européia, os senhores escolheram um tempo oportuno para a reflexão sobre o futuro. De fato, os relatórios apresentados à Assembléia pelo Senhor Lied e pelo Senhor Van Eekelen contêm muitas idéias e sugestões previdentes e estimulantes com relação ao papel que deverá ser desempenhado no futuro.

Em vista dos principais pontos característicos dos setores que mencionei, parece-me que as diretrizes para uma ampla infra-estrutura do trabalho futuro podem ser discernidas pelas suas realizações até a data. Sua identidade está firmemente estabelecida quanto à democracia, aos direitos humanos e ao império da lei. O trabalho dos senhores tem, principalmente, focalizado o indivíduo na sociedade, com ênfase na dignidade humana do indivíduo. A ênfase poderá mudar sob circunstâncias alteradas, mas acredito que na Europa sempre haverá necessidade de desenvolver e continuar o trabalho que o Conselho ora conduz de maneira tão eficaz.

Talvez o potencial deste foro ímpar para a Europa democrática não tenha sido plenamente apreciado. No Comitê de Ministros, uma abordagem com a mesma mentalidade, baseada em valores por todos compartilhados e em princípios comuns, poderá ajudar para reconciliar os diversos interesses e atitudes dos países pertencentes a grupos diferentes. Isto é especialmente verdadeiro com relação às questões da política externa. Assim como a identidade histórica da Europa sempre foi caracterizada por uma atitude de perspectiva aberta para o mundo ex-

terior, da mesma forma, acredito, os países democráticos aqui representados estão desenvolvendo constantemente um maior sentido de unidade européia ao adotarem respostas comuns para percepções compartilhadas sobre questões e desafios que afetam a todos nós.

Ao voltar aqui, após uma ausência de vários anos, notei um progresso considerável nos debates políticos do Comitê de ministros. Examinando os temas que constam da agenda para esses debates, entre os quais estão incluídos a cooperação européia, as relações Leste/Oeste, os direitos humanos e outros pontos surgidos nas Nações Unidas, as questões Norte/Sul etc., podemos ver até que ponto o diálogo político progrediu nos anos recentes, e, ao mesmo tempo, perceber os contornos do seu potencial para expansão futura. Nessa perspectiva, não vejo nenhum conflito entre a intensificação e coordenação da cooperação econômica entre os dez — que brevemente torna-se-ão doze — o desenvolvimento de uma maior coesão entre os vinte e um aqui presentes no Conselho da Europa.

A Assembléia Parlamentar, naturalmente, oferece o foro de base mais ampla para o diálogo político da Europa democrática. A visão dos fundadores do Conselho, ao proporcionar esta importante dimensão democrática para a cooperação intergovernamental, tem sido bem recompensada. Representando a voz da opinião pública da Europa, as recomendações e opiniões da Assembléia realçam o valor das decisões executivas do Conselho. Não é preciso dizer que as deliberações intergovernamentais que conduzem à adoção dessas decisões devem ir acompanhadas por uma sensibilidade que tome em consideração um leque de opiniões tão amplo quanto possível. Em diversas ocasiões, esse diálogo interno da Assembléia — se for possível assim descrevê-lo — tem proporcionado a inspiração e o vigor necessários para algumas das maiores realizações do Conselho a nível intergovernamental. Tenho a certeza de que existe uma necessidade constante dessa troca de idéias e experiências entre os parlamentares europeus.

O sentido de uma identidade européia que percebemos ao discutirmos os assuntos nesta Assembléia deve refletir a nossa compreensão de outros povos e culturas. Ampla evidência dessa compreensão dos outros fica constatada nas suas deliberações acerca das principais questões atuais de interesse internacional. O lugar central que os senhores conferem à dignidade humana e à liberdade fica muito claro nos seus debates sobre as relações Leste/Oeste e sobre o processo do Comitê de Helsinki de Segurança e Cooperação na Europa. Novamente o Conselho tem desempenhado um papel importante ao fazer com que os países membros encontrassem um terreno comum instintivo ao adquirirem um conhecimento mais profundo das atitudes recíprocas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, os desafios à democracia estão aumentando em número e em complexidade. Felicito-os pelas suas deliberações nas que tratam de questões tais como terrorismo, extremismo, intolerância e disparidade social. Permitam-me felicitá-los também por terem realizado em Estrasburgo a primeira conferência sobre democracia parlamentar, proporcionando assim um foro mais amplo para a discussão de todos esses desafios. A democracia é vulnerável a ataques que partem de diversas fontes, razão pela qual haverá uma necessidade constante de se continuar com essas conferências e deliberações.

Num mundo onde as rápidas mudanças científicas e tecnológicas têm efeitos tão profundos no sistema sociológico e cultural dos nossos países, é essencial que os parlamentares troquem idéias e experiências na avaliação das consequências dessas mudanças. Não existe foro mais apropriado para essa troca do que o Conselho da Europa, que pode funcionar como um laboratório de idéias ao nos preparar para responder a novos desafios.

Os membros da Assembléia, eu sei, compartilham a minha profunda preocupação pela trágica situação da Irlanda do Norte. Durante mais de quinze anos a violência tem trazido morte, ferimentos e destruição da propriedade em larga escala para seu povo. A situação que lá existe pode e deve ser terminada. A procura de uma solução pacífica para o conflito deve continuar. No meu país, essa procura tem a mais alta prioridade e conduziu ao lançamento, em maio deste ano, do Relatório do Foro da Nova Irlanda.

O Foro foi estabelecido um ano antes para consultar sobre a forma em que a paz e a estabilidade duradouras poderiam ser alcançadas na Europa através do processo democrático e para informar sobre possíveis novas estruturas e processos através dos quais esse objetivo poderia ser atingido. Participando do Foro encontravam-se os quatro principais partidos nacionalistas constitucionais da Irlanda, tanto do Norte quanto do Sul. Eles juntos representam mais de 90% da população nacionalista e quase três quartas partes da população total da Ilha. Os representantes dos partidos unionistas da Irlanda do Norte, embora tivessem sido convidados a participarem dos trabalhos do Foro, negaram-se a comparecer. O Foro, contudo, foi beneficiado com as contribuições de unionistas individuais e de membros da igreja da tradição protestante da maioria na Irlanda do Norte.

O relatório final do Foro da Nova Irlanda é geralmente considerado como a declaração única mais importante da opinião nacionalista constitucional em muitos anos, e como um instrumento que dá a oportunidade de uma nova aproximação entre os governos da Irlanda e a Grã-Bretanha na tarefa de encontrar uma solução pacífica para o conflito da Irlanda do Norte. Como resposta preliminar, o governo britânico recebeu muito bem os pontos mais importantes do Relatório. Espera-se agora uma atitude considerada por parte do Governo britânico.

Eu sei que os membros desta Assembléia compartilham da minha esperança em que, com base nesses intercâmbios, os governos irlandês e britânico, juntos, possam encontrar uma solução rápida e duradoura para o problema da Irlanda do Norte. A própria Assembléia está consciente, eu sei, desse problema e eu espero ansiosamente o resultado de suas deliberações. Isto, tenho certeza, irá proporcionar uma contribuição útil e positiva para os esforços dos governos irlandês e britânico na sua busca de uma paz justa e duradoura na Irlanda do Norte, uma paz baseada na reconciliação entre as duas tradições da Irlanda.

Não é necessário assinalar para esta Assembléia as implicações políticas do desemprego que agora está amplamente estendido na Europa, particularmente entre os jovens. É importante que o idealismo da juventude não seja enfraquecido pelo desespero do desapontamento. Esse idealismo, com o qual toda a juventude é abençoada, deve ser encorajado e apoiado de maneira positiva e previdente.

Devemos depositar nossa confiança nos jovens ao lidarmos com os problemas que o nosso mundo enfrenta. Eles devem ter a oportunidade de perceberem a plena complexidade dos problemas e ter uma visão dos esforços que estão sendo feitos para superá-los. O convite que os senhores estenderam há poucos meses aos jovens de toda a Europa para virem até aqui discutir problemas importantes foi uma maneira admirável de celebrar o trigésimo quinto aniversário do Conselho da Europa. Foi uma iniciativa que complementou o valioso trabalho que já estava sendo realizado pelo Conselho em prol dos jovens, e frisou claramente o sentimento de urgência que existe no Conselho a esse respeito. Confio em que a Conferência de Ministros responsáveis pela juventude, a ser realizada no próximo ano, dará novo ímpeto ao trabalho dos senhores nessa área.

Os cidadãos da Europa, e especialmente seus jovens, devem ser envolvidos na modelagem de seu próprio destino. Os senhores, representantes do povo eleitos democraticamente, têm um papel construtivo a desempenhar,

obtendo a compreensão e o apoio de todos os nossos cidadãos para as políticas voltadas à realização de suas aspirações.

Como membros dos parlamentos nacionais, os senhores têm uma oportunidade sem paralelo para tornar a cooperação européia mais conhecida e melhor compreendida. Confio em que, inspirada pela mesma visão e coragem que deu origem ao Conselho, há trinta e cinco anos, esta Assembléia dará uma contribuição duradoura ao trabalho que temos pela frente ao encarmos o futuro com confiança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDT - RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na última quinta-feira, dia 18 deste mês, este Deputado esteve na cidade de Salvador e concedeu uma entrevista po-êmica à Televisão Aratu. Este Deputado disse algumas coisas de que os todo-poderosos evidentemente não gostaram. Este Deputado usou uma linguagem agressiva, como agressivas são as linguagens daqueles que hoje vão para o outro lado. Este Deputado fez algumas colocações da maior importância sobre o momento suc-sório deste País.

No outro dia os jornais da cidade saíram de pau em cima do Deputado, o que já era esperado. Mas o mais importante é que esses jornais disseram que o povo da Bahia repudiou a linguagem e o depoimento deste Deputado. Não é verdade. Alguns políticos atingidos repudiaram a minha veemência e as minhas verdades, porque a verdade, Sr. Presidente, costuma doer muito mais do que um tiro de canhão. Quando a gente diz alguma coisa que vai diretamente ao subconsciente das pessoas comuns, isso realmente causa um impacto demasiado violento.

O que quero dizer neste momento, Sr. Presidente, é que este Deputado, vindo de origem modestíssima — torneiro mecânico, guerreiro, lutador —, conquistou até hoje todos os seus espaços com a maior dificuldade e com a maior dignidade. Jamais, em nenhum momento, eu teria a ousadia de dizer uma só palavra que pudesse ferir os sentimentos da população baiana. Tenho pelo povo baiano o mesmo carinho e o mesmo respeito que tenho pelo povo de todo o Brasil. Acontece que os políticos tentaram tirar proveito da minha linguagem. Dirijome exatamente contra esses senhores que usam o poder dos veículos de comunicação, usam os seus jornais para induzir a população, para enganar a população, e se perpetuam no poder. Isso acontece desde o Império. Todos eles nos enganam. Hoje, como homem comum, representante de um povo comum aqui nesta Casa, eu estou sempre pronto para denunciar esses fatos. Acho mais do que justa a minha escolha. Se optei por um candidato que se chama Paulo Maluf, todos os outros que estão preferindo o eminente homem público Tancredo Neves também estão optando por todos aqueles que, depois de derrotados numa convenção, correram para cá, vieram buscar abrigo e esconder-se aqui, tomando espaço e grande número de votos de todos aqueles que lutaram e continuaram lutando na Oposição.

Quero deixar registrado nos Anais da Casa, Sr. Presidente, que jamais eu diria uma só palavra que pudesse significar desrespeito às pessoas simples, às pessoas comuns como este Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raimundo Leite.

O SR. RAIMUNDO LEITE (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, realmente é revoltante o cinismo de certas pessoas.

Assistimos ontem na televisão a uma reunião de Prefeitos do PDS de São Paulo, em que faziam acusações ao Governo Montoro, ao Governo democrático do PMDB, de discriminação contra Prefeitos do PDS. É uma inver-

dade, Sr. Presidente, pois que o Governo Montoro tem tratado com igualdade todos os Prefeitos, sejam do PDS, do PMDB, ou de qualquer outro partido de oposição.

Mas o mais impressionante, naquele encontro, é que lá estava o candidato à Presidência da República pelo PDS, Sr. Paulo Maluf, que, como é lógico, aproveitava a ocasião para anunciar aos Prefeitos que ali se encontravam e ao Brasil que, se eleito Presidente da República, trataria a todos com igualdade.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que o Sr. Paulo Maluf se esquecia naquele instante de que, quando na governança de São Paulo, implantou no Estado a mais tremenda e vergonhosa das discriminações contra os Prefeitos do MDB de então. Digo isso com conhecimento de causa, porque fui um dos 32 Prefeitos do MDB, depois PMDB, que resistiu às tentações do então Governo Paulo Maluf. Os 101 Prefeitos do MDB eleitos em 1976 ficaram reduzidos, em 45 dias, apenas a 32. E fui um daqueles que resistiu a toda pressão, a todas aquelas propostas, senão indecorosas, pelo menos inaceitáveis, em termos de respeito à pessoa, em termos de respeito ao mandato popular.

E vem agora o Sr. Paulo Maluf anunciar que, se chegar à Presidência da República, não haverá discriminação, esquecendo-se do que fez a nós, então Prefeitos do MDB, perseguindo-nos e às cidades. São Caetano do Sul, a minha cidade, foi uma das que mais sofreu em termos de perseguições e discriminações.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desta tribuna, queremos registrar a inauguração do Programa Pró-Luz/84, implantado pelo Governo do Estado de São Paulo que, desde o início de sua gestão, se tem direcionado para a maior justiça social.

Através deste programa houve a redução do custo da eletricidade para 35 mil famílias faveladas e, ainda, a Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S/A. — estenderá as ligações para mais 15 mil unidades, completando, este ano, o atendimento a 100% da população favelada.

Desta forma, as famílias moradoras nas favelas de São Paulo gastarão, com energia elétrica, a taxa mínima equivalente ao consumo de 50 quilowatts-hora, ou seja, Cr\$ 3.917, mensais.

Este é o sentido social da tarifa e foi possível após o diálogo aberto com os favelados do Estado.

Segundo o Governador Franco Montoro, “não estamos empregando critérios meramente matemáticos de tratar igualmente situações desiguais. Não é justo um favelado pagar uma tarifa igual à cobrada do industrial. Por isso, é de rigorosa justiça distributiva que se dê atendimento especial aos que mais necessitam, e que se tratem desigualmente as situações desiguais”.

Assim, nos barracos onde existem relógios de luz, as leituras serão suspensas e todos pagarão a taxa única de 50 Kwh.

Este benefício atingiu 125.614 unidades em favelas e 628.070 pessoas que habitam os conjuntos Pró-Morar.

A Eletropaulo também pretende levar a redução dos custos de energia elétrica aos cortiços de São Paulo, abrigo, hoje, de perto de 3 milhões de pessoas economicamente carentes.

Nestes cortiços será implantada a “Fatura Residencial Múltipla — FRM”, emitida em nome de um único responsável e calculada a partir da divisão do consumo global medido, ou seja, pelo número de famílias e/ou cômodos existentes. Desta forma, aplicam-se os descontos correspondentes ao cálculo de cada parcela.

Ainda, é preocupação de nosso Governo trabalhar no sentido de urbanizar as favelas, visando transformá-las em comunidades mais humanas.

E assim sendo, podemos comprovar que, pouco a pouco, o Estado de São Paulo substitui o paternalismo governamental pela ativa participação da comunidade, fazendo, através da solidariedade, o combate à opressão e à exploração, em busca da justiça social

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Com a palavra o Deputado Hélio Duque, como Líder do PMDB.

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na última terça-feira, na sessão do Congresso Nacional, alertávamos para o perigo de manobras subversivas nascidas da Mesa do Senado da República. Naquele dia, Sr. Presidente, um jurista de província, suplente de biônico — portanto, Senador biotônico — confundindo o Senado da República com Academias de Direito, tentou dar aula de Direito Constitucional a este modesto Parlamentar. Naquele dia, o Senador Almir Pinto, presidindo a sessão do Congresso Nacional, em resposta ao nosso pronunciamento, disse que jamais poderia imaginar que a Mesa do Senado pretendesse desenvolver qualquer manobra golpista.

Para minha surpresa, no triste e melancólico golpe branco aplicado contra as instituições ontem à tarde estava o voto do Senador Almir Pinto.

Sr. Presidente, a esta hora o saudoso Nilo Coelho, que deste mundo temporal partiu para um mundo extratemporal — e com a responsabilidade de ter sido o Presidente da atual Mesa do Senado da República, portanto, do Congresso Nacional — aquele saudoso e digno brasileiro certamente deve ter-se mexido no túmulo, porque aquele que era seu Vice-Presidente, hoje investido na condição de Presidente do Congresso Nacional, o Senador Moacyr Dalla, agride esta Casa, agride esta instituição, desrespeita as normas legais e quer transformar o Congresso Nacional num subgrupo desse poder malufista que aí está.

O PMDB reúne, neste instante, extraordinariamente, a sua Executiva Nacional, porque não podemos concordar, não podemos aceitar a subversão nesta Casa, sob o patrocínio do Presidente do Senado, que deveria ter vindo presidir esta sessão do Congresso Nacional. Mas certamente, encontra-se S. Ex.^a no seu gabinete, a escutar isto que vamos agora falar: não tente S. Ex.^a servir-se de manobras que desrespeitem esta Casa, porque dentro do Congresso Nacional soberano é o seu plenário.

Não será uma ação circunstante, de uma reunião com características golpistas, que vai derrubar um acordo firmado entre os partidos políticos a partir da Câmara dos Deputados.

Como é triste ver, no ocaso da vida, esse Senador, de nome Lenoir Vargas, que apresentou a proposta na reunião da Mesa, dizer — está hoje no *Jornal de Brasília*, terceira página: “Acordo? Nunca ouvi falar disto. É a primeira vez que estou ouvindo, mas não temos qualquer compromisso com isto”.

Sr. Presidente, esta Casa deve basear-se nos entendimentos supra-partidários, nos acordos de Liderança. E vem um ilustre político desta República, Deputado por tanto tempo, que honrou esta Câmara dos Deputados, Senador igualmente — mas certamente S. Ex.^a teve uma recaída, porque sabe que não é só Senador biônico, mas um delegado da vontade do poder — e como delegado da vontade do poder investe, desrespeita e aprofunda mais esta Casa na subversão que passou a prevalecer a partir da reunião da Mesa do Senado.

O Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacyr Dalla, deve refletir sobre esse gesto de negar a autonomia da instituição para se tornar apenas um seguidor, cumpridor fiel das determinações do aparato político do Deputado Paulo Maluf.

Que triste tempo, Sr. Presidente, que triste realidade são os homens que, investidos pela vontade majoritária dos seus companheiros de Parlamento na condição de

Presidente, numa triste hora do Congresso Nacional, repudiam o compromisso com aquelas maiorias do Plenário que o fizeram Presidente para se tornar apenas um fiel seguidor de determinações subterrâneas. Este golpe branco terá desdobramentos. E veja, Sr. Presidente, que agora já quase se parte para a concretização daquelas apreensões que eu aqui manifestava na última terça-feira, vez que ainda nessa reunião da Mesa do Senado foi, ou teria sido, abordada também a possibilidade de se estabelecer o voto secreto na reunião do Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985. Que o ilustre tabelião de Colatina, investido da condição de Presidente do Congresso Nacional, não procure consolidar tal prática, eis que nesta Casa não apenas as Oposições, mas todos os Parlamentares sabem do caráter transitório da missão que tem cada um de nós, Senadores e Deputados, no cumprimento do mandato para o qual para cá somos remetidos. Temos a consciência de que todos nós, seres humanos, investidos desse mandato pelo voto popular, somos transitórios; permanente é a Instituição. Por isso mesmo, aqueles que assumem a responsabilidade de dirigir a Instituição têm que ter a dignidade, têm que ter a firmeza, têm que ter a clareza, têm que ter a coragem que, infelizmente, não tem o Senador Moacyr Dalla, porque ontem, em dois canais de televisão, ouvi S. Ex.^a dizer: “Mas eu não votei. Foi 4 x 1, mas eu não votei.” Não votou, mas patrocinou uma reunião que se destinava a tratar de assuntos administrativos.

Que S. Ex.^a assuma a condição de homem probo, sério, digno. Esqueça que é o tabelião de Colatina e saiba que é o Presidente do Congresso Nacional. Tem muita razão o Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB, quando diz: “É uma vergonha! Nem na Câmara Municipal de Bate Prego acontece isso.” Sr. Presidente, nem na Câmara Municipal de Bate Prego! Mas acontece isso no Senado da República, sob a inclita responsabilidade presidencial do Senador Moacyr Dalla. Que triste tempo, Sr. Presidente! É do Senador do PDS de Santa Catarina, Jorge Bornhausen, também publicada hoje, na terceira página do *Jornal de Brasília*, essa afirmação: “Isso é o desespero malufista que está atacando muitos Senadores em fim de carreira. Trata-se de uma aberrante ilegalidade feita com ar de legalidade e cinismo.” Veja V. Ex.^a que, por mais áspera que seja a palavra da Liderança do PMDB aqui nesta manhã, é do próprio Senado da República que S. Ex.^a ouve termos que em momento algum cheguei a usar e nominar desta tribuna.

Sr. Presidente, queremos, por fim, deixar um alerta para que S. Ex.^a, o Senador-Presidente do Senado, Presidente do Congresso Nacional, não imagine que, com as suas manobras antiparlamentares, com as suas manobras subvertedoras dos princípios da coexistência pacífica e parlamentar existentes nesta e na outra Casa, vá conseguir fazer escadas progressivas no desrespeito à instituição. Mais do que a defesa de princípios político-partidários, o que queremos é destacar que S. Ex.^a deve pôr sua cabecinha no travesseiro e ver que ele é tristemente o Presidente do Senado da República, portanto, é o Presidente do Congresso Nacional. E não queremos levantar desde já suspeição em relação àquele que deverá presidir a reunião do Colégio Eleitoral, porque se assim fosse, Sr. Presidente, teríamos obviamente que começar já um processo de *impeachment*, desde que desrespeita, que sonega a autonomia de um Parlamento tão curvado e sem suas prerrogativas essenciais.

Lembramos, mais uma vez, o saudoso Senador Nilo Coelho, quando disse daquela tribuna que era Presidente do Congresso do Brasil e não Presidente do Congresso do PDS. É triste ver hoje que o Presidente que temos no Senado da República não é o Presidente da Instituição, tampouco é o Presidente do PDS, é Presidente apenas do subgrupo malufista.

Que fique o alerta, e ainda voltaremos a este assunto. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno, como Líder do PT.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dois acontecimentos recentes colocam sob suspeita — prefiro usar a expressão sob suspeita — a Presidência do Congresso Nacional. O primeiro foi a decisão de não colocar em votação a Emenda Theodoro Mendes. O segundo foi a decisão ontem adotada pela Mesa do Senado.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, dissemos, na Comissão de Constituição e Justiça, que acordo com Maluf não se faz. Tínhamos, naquela Comissão, votos suficientes para derrubar o projeto do Deputado Osvaldo Melo e aprovar o substitutivo das oposições que estabelecia o voto aberto. O Partido dos Trabalhadores votava contra o projeto do Deputado Osvaldo Melo e tínhamos seis votos a mais na Comissão de Constituição e Justiça. Não votaríamos a regulamentação do Colégio Eleitoral, mas derrubaríamos aquilo que chamamos na Comissão de Constituição e Justiça e aquilo que chamo no Congresso Nacional, com a minha pouca experiência e com os poucos conhecimentos jurídicos que tenho, de uma discussão de normas e norminhas, onde o que menos interessa é a constitucionalidade e juridicidade da Constituição e da própria lei. Virou uma discussão de normas, como se fosse um campeonato onde se decide de antemão qual vai ser o campeão desse jogo, dessa disputa, onde as cartas são marcadas. Entrar no terreno do Maluf é entrar no pântano; entrar no terreno do Maluf é entrar no jogo bruto, porque o malufismo é a expressão concentrada da brutalidade, é a expressão concentrada da corrupção, do jogo escuro, da rasteira. Não é a expressão da dignidade nem do respeito a acordos de liderança, Deputado Hélio Duque. Quando Paulo Maluf respeitará acordos de lideranças se assistimos, pelo menos no passado, quando foi preciso eleger o Sr. Reynaldo de Barros Prefeito de São Paulo, aos seus liderados entrarem nos banheiros da Assembléia Legislativa para comprar Deputados a fim de votarem em Reynaldo de Barros?

Com uma figura política como essa não se faz acordo, não se faz jogo político. Sempre dissemos e vamos repetir aquilo que eu disse no dia 16 e repito agora, para que fique registrado nesta Casa, a fim de que algum dia a História mostre que a todos alguns alertaram. Perguntaria se teríamos plena consciência do que fazíamos, se as nossas cabeças estavam tranquilas quando regulamentamos o Colégio Eleitoral; se não estávamos preparando antecipadamente a vitória do Sr. Paulo Salim Maluf. Eu perguntava ainda se alguém podia responder com tranquilidade a esta pergunta. Eu não. No caminho das diretas, no caminho das ruas, sei que o Sr. Paulo Salim Maluf não tem vez, porque o povo já o repudiou há muito tempo.

Sr. Presidente, é necessário também registrar nesta Casa a que ponto as coisas chegaram. Poder Legislativo, Constituição, leis, tudo isso é história para os ingênuos desta Casa. A Mesa se reúne, como muito bem falou o nobre Deputado Hélio Duque, numa tarde de segunda-feira e prepara um golpezinho branco. Sim, o termo é este: golpezinho branco. Não merece nem o título de golpe, porque este se faz com maior competência. É coisa pequena, como a pequenez da estatura desses homens que querem assumir a Presidência da República contra a vontade da maioria do povo brasileiro. E, então, o Congresso se reúne. Primeira sessão do Congresso Nacional — o Presidente não vem presidi-la. Não há um Senador neste Plenário. Onde estão os Senadores? Mas nós, Deputados, aqui estamos para fixar a nossa posição, para deixar clara a nossa posição. Esse é o quadro que a Nação precisa conhecer, que precisa ser registrado nos nossos Anais. É necessário que a Nação saiba que existem políticos que não são coniventes com essa seqüência de rasteiras que se verificam sob o manto do Congresso Nacional. Antes era a legislação ditatorial, e o Poder

Executivo quebrava qualquer autonomia deste Congresso. Mas o cachimbo não entortou apenas a boca dos ditadores; entortou também a boca das vítimas da ditadura.

Os membros do Congresso Nacional, por incrível que pareça, são coniventes e fazem de tudo para que esta instituição não seja respeitada.

Como membros do Congresso Nacional, nós, do Partido dos Trabalhadores, não ficamos muito clara a nossa posição. Aliás não só o Partido dos trabalhadores se manifesta; muitos Deputados da Oposição estão aí gritando. Se isso não tiver efeito político hoje, pelo menos ficará registrado para a história. É preciso ficar claro que esses cambalachos não estão sendo feitos com a conivência de todos.

O Sr. Jorge Vianna — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O Sr. Joacil Pereira — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Vianna.

O SR. JORGE VIANNA (PMDB — BA. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, sendo evidente a falta de **quorum** nesta sessão, peço a V. Ex.^a que declare encerrada a sessão.

O Sr. Joacil Pereira — Sr. Presidente, para uma comunicação de liderança, que já havia pedido antes de encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência constata que é evidente a falta de **quorum** para o fun-

cionamento da sessão. Nos termos regimentais, verificada a falta de **quorum**, a sessão não pode subsistir, restando à Presidência apenas declará-la encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Antes, porém, a Presidência convoca os Srs. Parlamentares para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Lei nº 11, de 1984-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir, à Justiça Eleitoral, o crédito especial de CR\$ 161.490.000,00 (cento e sessenta e um milhões, quatrocentos e noventa mil cruzeiros), para o fim que especifica.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos)

Ata da 336ª Sessão Conjunta, em 23 de outubro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Raimundo Parente

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Eunice Michalos — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Marco Maciel — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge —

PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Eptácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathan Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira

— PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brândão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir

Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Stuard — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Giulio Caruso — PDT; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Ruben Medina — PDS; Samamago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; José Carlos Fagundes — PDS; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novae — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendonça Falcão — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iturival Nascimento — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Martini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pratini de Moraes — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — As listas de presença acusam o comparecimento de 57 Srs. Senadores e 257 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, ofício que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e deferido o seguinte

Senhor Presidente,

Em decorrência do atraso na leitura da Mensagem Presidencial que encaminhou o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 1985, está a Comissão Mista impossibilitada de reunir-se no prazo de vinte dias, por falta da maioria dos pareceres dos diversos Anexos constantes do Orçamento, visto que temos apenas doze dias úteis nesse período.

Isso posto, requeremos a Vossa Excelência a prorrogação por 5 (cinco) dias do prazo regimental da Comissão, nos termos do § 1º do Artigo 77 do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o Artigo 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 1984. — Deputado **João Alves**, Presidente.

O Sr. Hélio Duque — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra a V. Exª, como Líder.

O SR. HÉLIO DUQUE (PDMB — PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, traumatizado está o Congresso, traumatizada está a Nação com o comportamento indecoroso, golpista, casuístico, imoral, indecente e impatriótico da Mesa do Senado Federal. Nesta comunicação, Sr. Presidente, queremos dizer, mais uma vez, que, lamentavelmente, a Mesa do Senado Federal colocou-se numa posição de superioridade em relação ao seu Plenário e às suas próprias lideranças, eis que matéria votada na Câmara dos Deputados, com acordo das lideranças dos partidos que têm assento naquela Casa, igualmente o foi na Câmara Alta da República. Não aceitamos, nem acatamos este procedi-

mento do Presidente do Senado. Tristes tempos, Sr. Presidente. *O tempora! Ó mores!* S. Exª escuda-se na ausência. Não compareceu hoje às sessões do Congresso Nacional, certamente envergonhado pelo ato de arbitrariedade que cometeu. Esperamos o Senador Moacyr Dalla na sessão das 11 horas, como o aguardamos nesta sessão. E onde está o digno Presidente do Senado da República? Escondeu-se, a exemplo do que ocorreu na manhã de hoje, quando, num pronunciamento de dezessete minutos, convidamos S. Exª a comparecer ao Plenário — e ele tinha muito tempo para fazê-lo, porque o nominamos logo no início da nossa fala. Não compareceu a sessão matutina, como não comparece à sessão noturna, para vir, pelo menos, em respeito aos seus colegas, Deputados e Senadores, tentar, num gesto de grandeza — quem sabe? — até nos convencer de que agiu certo, que a decisão tomada ontem no final de uma tarde morna de segunda-feira, numa reunião originalmente convocada pela Mesa do Senado para tratar de assuntos administrativos, mas na qual foi embutida a proposta golpista, está correta. S. Exª poderia, com este gesto histórico, ocupar a tribuna e mostrar que esta e a outra Casa, através da liderança do meu partido, do PDS, do PDT, do PTB em relação ao Senado e mais a liderança do PT em relação à Câmara dos Deputados, que todos desrespeitamos o texto constitucional, que todos somos legisladores que não sabemos legislar, que a decisão certa foi a que o Senador Moacyr Dalla adotou a partir de ontem, no que diz respeito à regulamentação do Colégio Eleitoral.

E, o que faz S. Exª? Esconde-se. Desaparece da Casa, não dá nenhuma explicação, mas foi a uma rede de televisão, ainda na noite de ontem, e disse que a votação tinha sido de quatro a um e que ele não tinha votado. É o fim. Esta instituição está realmente numa postura genuflexa diante do autoritarismo. Os Presidentes deste Poder não têm uma postura de dignidade, de assumir a defesa do Poder, porque, mais do que o próprio Poder Legislativo, o Presidente do Congresso Nacional agrediu o próprio Poder Executivo, que já havia sancionado a regulamentação.

Esperamos que este pronunciamento não seja censurado como o da manhã o foi, mas o qual transcrevemos em comunicação de Liderança na sessão da Câmara, pois queremos deixar um alerta ao Presidente Moacyr Dalla. No pronunciamento que fizemos nesta manhã, dissemos que ainda voltaríamos a este assunto. Queremos dizer a S. Exª que nós, da Oposição, resistiremos palmo por palmo, numa ação onde a palavra, o bom senso, o respeito ao poder e o respeito à Constituição sejam o fundamento maior. E por isso mesmo, se S. Exª insistiu neste comportamento antiparlamentar, neste comportamento de subserviência, não ao seu partido, mas ao subgrupo malufista, iremos invocar o art. 35 da Constituição Federal, no seu item nº II, que diz:

“Art. 35. Perderá o mandato o deputado ou senador”

II — cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das constituições vigentes.”

O Presidente do Senado da República feriu o decoro parlamentar, atentou contra as instituições, é um subversivo travestido de Presidente do Congresso Nacional. E nós iremos agir, Sr. Presidente. Esta comunicação não fica apenas como uma comunicação pessoal, mas como comunicação do que está destinado a assumir, se o seu procedimento continuar nesta trilha sinistra de golpes atrás de golpes.

É a Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro que lhe faz este alerta.

O Sr. José Genoino — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT — SP. Como líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, assim como fizemos na sessão da manhã do Congresso Nacional e repetimos na sessão da Câmara, reafirmamos as palavras aqui pronunciadas, no sentido de que o ato da Mesa do Senado feriu a dignidade do Parlamento brasileiro.

Consta-me, Sr. Presidente — tenho pouca experiência nesta Casa — que uma das coisas que existem no Parlamento são acordos políticos, acordos firmados, os quais inclusive combati na Comissão de Constituição e Justiça, feitos em plenário, quando se votou, no dia 16, a regulamentação do Colégio Eleitoral, acordos estes sorrateira e matreiramente traídos numa sessão administrativa da Mesa do Senado, uma vez que, por baixo do pano, se preparou um ato faccioso de desmoralização política, dando origem a uma sequência de atos da Presidência do Congresso Nacional que desrespeitam a própria Casa. Foi assim com a votação da Emenda Dante de Oliveira; foi assim ao não se colocar na pauta a Emenda Theodoro Mendes; e, ontem, ao se decidir que os delegados estaduais sejam eleitos pelo voto secreto.

Reafirmamos aqui que o voto secreto é democrático para o eleitor; mas o voto secreto, para o representante, não é democrático, é corrupto, é matreiro, é cambalacho; firmamos esta posição política na Comissão de Constituição e Justiça e aqui a reafirmamos.

Portanto, Sr. Presidente, nós, do Partido dos Trabalhadores, de agora em diante, vamos obstruir permanentemente os trabalhos do Congresso Nacional, porque a Mesa do Senado Federal, com o ato de ontem, perdeu as condições para presidir os trabalhos desta Casa. O Regimento Interno não nos permite medidas mais sérias e mais enérgicas, mas nós devemos apresentar uma moção de censura ao ato da Mesa.

Não se pode permitir que esses cambalachos sejam feitos em detrimento da imagem de todos nós, membros do Congresso Nacional. Estamos aqui não apenas para proferir discursos e apresentar projetos; estamos aqui acima de tudo para defender o mandato que nos foi confiado pelo povo brasileiro, e este povo, que assiste a fatos como este, chega à conclusão de que a Presidência desta Casa perdeu não só qualquer respeito onde a opinião pública, mas inclusive, ante os Deputados e Senadores desta Casa, que manifestam, como afirmei hoje de manhã, o protesto, o repúdio contra atos desta natureza.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, este ato não só entristece a Casa; ele revolta, porque se trata de medidas pequenas. Aliás, numa época de lideranças pequenas, existem igualmente medidas pequenas, como esta que foi tomada, pois, contrariando um projeto aprovado na Câmara dos Deputados contra o voto do meu Partido, opondo-se a uma lei sancionada pelo Poder Executivo, a Mesa do Senado acha por bem baixar lá uma espécie de Ato Institucional, num fim de tarde tranquilo, numa segunda-feira esvaziada de Brasília.

Isso não pode acontecer, Sr. Presidente. Não podemos ficar calados, Srs. Congressistas, diante de fatos desta natureza. Concluindo, somamos nossa atitude e nossa posição às da Liderança do PMDB, aqui defendida pelo Deputado Hélio Duque, tanto na sessão das 11 horas, como nesta sessão de começo da noite.

O Sr. Glória Júnior — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — V. Exª tem a palavra.

O SR. GLÓRIA JÚNIOR (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, positivamente, a intransigência e a intolerância caracterizam o comportamento das lideranças da Oposição. O Presidente do Senado é um Deus se faz aquilo que eles querem que seja feito, e é o próprio demônio se contraria aparentes interesses de natureza partidária ou pessoal.

S. Exª tem sido elogiado a todo instante pelo seu comportamento democrático, pelas suas posições firmes, pelas suas manifestações no sentido de que na sessão solene de 15 de janeiro próximo, a escolha do Presidente da República se faça com plena liberdade, com as câmeras de televisão e os microfones das emissoras de rádio transmitindo aquilo que ocorrerá aqui. Todas as atitudes do nobre Senador Moacyr Dalla têm sido democráticas, lhanas e corretas. Hoje, a Oposição, através de dois ilustres Líderes, vem com uma catilinária dando a impressão de que todos os adjetivos qualificativos que nem são qualificativos, são desqualificativos foram buscados nos dicionários, para mostrar sua irritação por um interesse contrariado. Qual o crime cometido pelo Presidente do Senado? Dentro daquelas prerrogativas que são suas, estabeleceu uma regulamentação no colegiado que compõe a Mesa do Senado, tudo regimental, tudo dentro da lei, estabelecendo apenas aquilo que, segundo alguns, pode ser prejuízo para certos setores da Oposição. Na verdade, não concordo com isso, e tampouco muitos Srs. Deputados e Senadores da Oposição concordam em que possa ser prejuízo, porque temos um respeito muito grande pela independência dos Deputados Estaduais, pelo patriotismo de todos eles. O que se fez foi permitir aquilo que já é feito com relação à eleição da Mesa e outras tantas atitudes tomadas para preservar a posição independente, para que não haja pressões de toda a natureza, para que outros fatores não influam naquele ato de escolha que deve ser livre para que possa ser realizado na plenitude democrática. Parece até que o Presidente do Senado cometeu um ato antidemocrático, despótico, ou até subversivo. Hoje, quem nos chama de subversivos são eles. Estão aqui a nos chamar de subversivos porque houve a subversão de seus interesses. Isto é ser subversivo. Subverter é não dar apertes aqui. Deputado José Genoino, respeite o Regimento, como quer que o Presidente o respeite.

Nem deve tentar um aparte, porque neste momento não é possível. Vamos ser escravos do Regimento.

Nossa solidariedade à Mesa do Senado, nosso respeito ao Senado da República e aos ilustres Senhores Senadores. A Mesa do Senado é bem o espelho, representa bem a vontade do Plenário do Senado da República, é um eco, um reflexo da opinião da maioria dos Srs. Senadores.

Vivemos em um regime democrático — para alguns que não aprenderam ainda o que é democracia, para alguns que sabem que, nos regimes totalitários, meia dúzia comanda, governa e tritura. Vivemos em um regime democrático em que as maiorias estabelecem quais são as regras e determinam quais são as normas. Foi isto que fez o Presidente do Senado. Presidindo a Mesa, pura e simplesmente regulamentou aquilo que lhe cabia, que lhe competia nesse episódio, nesse fato, nesse momento da Lei do Colégio Eleitoral. Nossa palavra de solidariedade ao Senado. Falo não apenas em nome dos Deputados do meu partido, porque este problema não é partidário; é uma questão de respeito às autoridades constituídas, àqueles que nos representam. Cobrar-se a ausência do Presidente do Senado nesta ou naquela sessão é uma indecência, positivamente, não tem nenhum tipo de fundamento. S. Exª preside as sessões que deseja, a seu arbítrio, porque tem outras tarefas a desenvolver e as tem desenvolvido a contento.

Fica aqui nossa palavra de solidariedade ao Presidente Moacyr Dalla, nosso respeito à Mesa do Senado e a certeza de que os ânimos estarão mais calmos mais adiante. Aqueles que acharam que a votação secreta é uma heresia, é um pecado cometido contra a democracia, vão ter de rever sua posição, porque o voto secreto foi uma dura conquista democrática que tem de ser positiva. Nossa palavra de solidariedade, pois, ao Presidente do Senado. Nosso repúdio às manifestações até indecências e anti-regimentais de alguns Líderes com relação à figura do ilustre Presidente do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, reconheço que o nobre Senador Moacyr Dalla tem o direito de vir presidir ou deixar de vir presidir a sessão do Congresso Nacional. Ele pode escolher a sessão, o momento em que deve presidir-la ou o momento em que pode abdicar do seu direito de presidir. Ao escolher os momentos em que deixa de presidir, o Presidente Moacyr Dalla é substituído pelo Presidente eventual, que é o Presidente do Congresso Nacional. De acordo com o Regimento, V. Exª é o Presidente do Congresso Nacional, de pleno direito. Assim sendo, quero encaminhar-lhe uma questão de ordem que me parece de capital importância. O Congresso Nacional, ou melhor, as duas Câmaras consertaram aqui e no Senado da República a votação e aprovação, por maioria absoluta, da lei que regula função do Colégio Eleitoral. A colocação da Ordem do Dia e a apreciação da matéria pelo Plenário foi precedida de uma série de providências. A primeira e mais importante delas foi o acordo de lideranças celebrado por todos os líderes da Casa, o que inclui, obviamente, com grande importância, a figura do líder do Governo nesta e na outra Casa que compõem o Poder Legislativo. Para que o líder do Governo se manifestasse a favor da votação naqueles termos, foi ouvido o Chefe do Poder Executivo, por si ou por interposto pelos próprios Ministros credenciados por ele para tomar esse tipo de providência. Portanto, a matéria votada levava o sinete do Poder Executivo e de todas as lideranças do Poder Legislativo nesta e na outra Casa do Poder. Foi assim, portanto, a maioria absoluta das duas Casas que aprovou a matéria. Em seguida, a matéria foi à sanção. O Presidente da República poderia, se quisesse, vetá-la, abdicando do seu direito dos seus deveres impostos pelo acordo de lideranças e renovando a instância. S. Exª assim não fez; sancionou o projeto de lei. Antes que isso acontecesse, contudo, a Mesa do Senado da República falou em seu nome exclusivamente, e não, como relembrou o nobre Líder do PDS, em nome da Maioria do Senado, porque essa Maioria, hoje, a Aliança Democrática, a detém. Também não tem a maioria na Câmara dos Deputados, porque é patente que a Aliança Democrática a detém. A Mesa da Câmara, agindo no espaço, como o pintor que segura o pincel e não tem escada, exorbitando das suas funções regimentais, legais e constitucionais, avocando atribuição que pertence ao Plenário, não apenas do Senado mas das duas Casas, e não apenas ao Plenário das duas Casas, mas também ao Chefe do Poder Executivo, através do seu direito de sanção, a Mesa do Senado, invectivou as duas Casas e o Poder Executivo — e digo invectivou porque não quero crer que o Chefe do Poder Executivo esteja mancomunado com a providência exorbitante da Mesa, que se arrogou o direito de realmente exercer o arbítrio e a exorbitância de regulamentar matéria mais do que já estava regulamentada, agindo, assim, de maneira institucional, ilegal e anti-regimental — e, mais do que isso, agiu contra a instituição, ou melhor, contra as instituições do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

Ora, Sr. Presidente, muito embora tenha sugerido à Comissão Executiva do meu partido que, através de procuração outorgada individualmente pela maioria das duas Casas do Congresso, que temos na Aliança Democrática, derrube a medida perante o Poder Judiciário, o que caracterizaria a falta de apoio numérico, majoritário das duas Casas, quero endereçar a V. Exª uma indagação com fundamento no art. 35, nº 5, § 1º da Constituição Federal, que dispõe, *verbis* além de outras coisas definidas no Regimento Interno: “Considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas aos Congressistas, ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens ilícitas ou imorais” — que não vem ao caso. Fixemo-nos no abuso das prer-

rogativas asseguradas aos Congressistas. A função presidencial da Mesa do Senado não tira de quem a exerce a condição de Congressista, uma vez que é condição **sine qua non** para que se assente à Presidência do Senado. Assim, o abuso da condição de membros da Mesa ou do Presidente do Senado — membro da Mesa ou do Presidente do Senado, friso — é um abuso de prerrogativas asseguradas aos Congressistas. Indagaria de V. Ex^a: uma vez caracterizado como abuso de prerrogativa o ato o Presidente do Senado e dos demais membros daquela Casa que se arvoraram o direito — e o exercem, na realidade arbitrariamente — de regulamentar matéria pendente de competência das duas Casas do Congresso e do Poder Executivo, de que maneira opera o parágrafo 1º, do inciso 5º, do art. 35? De que maneira, de que modo, repito, através de que processo se poderá apurar a responsabilidade, nos termos constitucionais, dos membros da Mesa do Senado da República?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — A indagação do nobre Deputado vai ser anotada pela Mesa e posteriormente respondida. Não há questão de ordem a responder. Há apenas, como afirmou o próprio orador, uma indagação que a Mesa não tem condições de responder neste momento. De forma que o assunto vai ser estudado, e o nobre Deputado terá resposta brevemente.

Com a palavra o nobre Deputado Evandro Ayres de Moura.

O SR. EVANDRO AYRES DE MOURA (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a lei salarial, o malfadado e indigesto Decreto 2.065, alterado por legislação do Congresso Nacional, era para vigir, em seus novos termos, neste mês de setembro, mas, por obstrução de pauta, só no mês de outubro passou a ter eficácia. Por isso, deixo o nosso apelo aos sindicatos dos bancários de todo o Brasil para que forcem, nos acordos salariais, a aplicação, a partir de setembro, àquela numerosa classe da prerrogativa agora expressa de se negociarem os 20% faltantes, para que toda a classe tenha um aumento de 100% do INPC desde aquele mês. Este é o nosso apelo aos sindicatos e, principalmente, às diretorias dos bancos oficiais para que tenham sensibilidade no trato da matéria, porque foi realmente achatado o salário de seus funcionários, e possibilitem o reinício de melhoria do poder aquisitivo, do poder de compra, do poder salarial daquela classe.

Sr. Presidente, encaminho à Mesa pronunciamento em que trato deste assunto, para que conste dos Anais.

PRONUNCIAMENTO REFERIDO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, finalmente após mais de uma ano de indigesta vida, morreu, em parte, o famigerado Decreto-lei 2.065. À época, dizia em uma reunião nesta Casa que, apesar dos pesares, o decreto-lei menos mau era o 2.024. Mas a euforia momentânea fez com que fossem sendo derrotados um a um os Decretos, até que se chegasse ao pior.

Achatou os salários, liquidou a hierarquia salarial das empresas e desagradou a gregos e troianos, inclusive com reflexos nefastos na Previdência Social.

Para vigorar em setembro, a nova Lei, pela falta de acordo entre oposições e Governo, somente agora foi sancionada.

Mas como o espírito do legislador era para que vigrasse de setembro, esperamos que os Sindicatos dos Bancários de todo o País, ao firmarem acordos com o Banco do Brasil e demais bancos oficiais, não abram mão da faculdade agora existente de se dar uniformemente 100% para todos. É um pequeno acréscimo, que evitará a progressão da perda, nos mais antigos e naqueles que justamente têm as maiores responsabilidades.

E tenho a certeza que a Diretoria do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, do BASA e outros não se oporão, pois sabem quanto perderam em poder aquisitivo seus funcionários, nos últimos 3 anos.

É nosso apelo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, era meu propósito, nesta sessão, discorrer sobre o editorial em que o **Jornal do Brasil**, há dois dias, de maneira extremamente elogiosa para nós, nordestinos, chamava atenção para o fim, não apenas da seca climática, da falta de recursos de água que assolou a região por 5 anos, mas também o fim de uma seca política, pela atitude ativa, digna e elevada da grande maioria dos seus Governadores. Assim, a região nordestina resgatava uma grande dívida que tinha para com a Nação, por ter sido sempre avalista daquilo que mais indignava, que mais desrespeitava os brios e o sentimento nacional. Mas desisti de fazer este elogio ao próprio **Jornal do Brasil**, e não porque o Nordeste tenha negado, com as atitudes pressionadas de dois Deputados do Estado do Maranhão, esses justos e procedentes elogios; mas vim aqui, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, para responder às colocações, um tanto quanto agressivas, do Deputado Gérson Peres — a quem sempre tratei com o maior respeito — em face de ponderações que fiz em parte ao discurso do nobre Deputado Wilmar Palis.

Na verdade, não respondia, naquele discurso do Deputado Wilmar Palis, ao Deputado Amaral Netto. As agressões, acusações e increpações que fez, de forma leviana e irresponsável, o Deputado Amaral Netto aos componentes da Frente Liberal ou da Aliança Democrática, increpações que variavam de traidores até a corruptos. Eu, na verdade, nunca poderia aceitar ser chamada a Aliança Democrática de Legião de Estrangeiros, numa alusão direta a um comportamento mercenário, que não é próprio dos membros da Aliança Democrática. É muito mais justa, pelo menos diz a sociedade — não eu, mas a sociedade brasileira — a increpação de legião de estrangeiros, de mercenários, àqueles que apóiam o candidato do PDS.

Sr. Presidente, eu, inclusive, fui até, talvez, diferente do meu comportamento, do meu temperamento, usando de uma linguagem mais agressiva, diante dessas increpações, muito mais pela indignação, não por causa do discurso de Amaral Netto, mas por olhar para este País, nesse exato momento político, e não ter nenhuma palavra objetiva, honesta, às vezes de esperança, aos nossos filhos, sem saber o que lhes dizer em que instituições confiar e a que valores se prender, em que palavras marcar seu comportamento. Vim aqui muito mais manifestar minha indignação, não ao Deputado Amaral Netto, diante das suas increpações, mas pelas acusações de corrupção que estão aí marcadas em todos os atos e fatos políticos praticados neste País, que, simplesmente, já se transformou num grande cassino, numa grande coletoria, numa jogatina desenfreada da especulação financeira, ou então, pela ciranda de tributos, este País assume a feição não apenas de um cassino, nem de uma grande coletoria, mas, mais ainda, a realidade de um grande antro de corrupção, em que todos os valores são contestados, em que, às vezes, a autoridade maior do País — não sei se o próprio Presidente pronunciou isto — assume, como válida, a posição do Deputado Paulo Maluf de que, “em política, o feio é perder”. O seu próprio Ministro da Justiça começou a admitir que todas as regras eram válidas e o corpo-a-corpo representava, no caso de determinados Parlamentares, uma tentativa de explorar as suas fragilidades morais, ou então, de explorar a miséria, que subverte todos os valores, para transmutar aquilo que é o caminho natural da aspiração nacional, que não é bem o Deputado Paulo Maluf na Presidência da República.

Sr. Presidente, vim aqui, inclusive, muito mais para indagar o que era mais vergonhoso: se o patrulhamento do povo, não do povo-emoção, mas do povo emoção e razão, ao comportamento e atitudes políticas dos candidatos, se ao aliciamento aéreo, amoral e indecente, feito com a pressão e a chantagem dos recursos públicos. Essa

é que é a indagação que vim a fazer nesta tarde. Dramática acusação foi feita a um Parlamentar, nosso companheiro, de que estaria estimulando determinadas áreas para que houvesse golpe de estado. Não aceito como verdadeira. Mas os jornais começam a usar isso como instrumento de intimidação de Parlamentares, de intimidação da sociedade, para conduzir a um resultado que não se sustentará, pois é uma agressão, é uma verdadeira insanidade, um desrespeito maior a todos os valores que esta sociedade prejudicada, tão massacrada, magoada, pisoteada, não pode aceitar. Sr. Presidente. Quero concluir as minhas colocações, dizendo que não aceito a decisão tomada pelo Presidente da Mesa do Senado porque nos envergonha, porque respeito o voto secreto e a universal livre e direto. Encareceria que esse mesmo Presidente do Senado, meu caro Presidente Moacyr Dalla, houvesse dado a prioridade, já que tanto respeito tem ao voto direto e secreto, universal e livre, à Emenda Theodoro Mendes, para que viesse a ser votada. E, lamentavelmente, ele não o fez. Temos de respeitar o voto secreto e direto, mas não este que é utilizado como manto protetor das pressões, das chantagens e das intimidações, para garantir a manipulação de resultados políticos. Um Deputado Federal, nesta Casa, com a responsabilidade de representação de perto de 87 mil eleitores, não pode, livre, tranquila e serenamente, orgulhosa e honestamente, levantar-se aqui e dizer: eu voto no candidato tal ou qual, sem que a Nação toda saiba do seu voto. Usa-se o pretexto do voto secreto que, na verdade, nada representa, para encobrir uma escolha, porque este voto secreto é um manto protetor de todos esses mecanismos de manipulações, de chantagens.

Para concluir, Sr. Presidente, digo que fico envergonhado com o ato da Mesa e temo por ele, porque pode ser um precedente perigoso para se tentar implantar o voto secreto no Colégio Eleitoral. Lamento que haja alienação total da sociedade no processo de escolha dos candidatos. Faço um apelo à sociedade civil brasileira, como um todo, que, através de todas as suas instituições, não fique ao largo desse processo sucessório, mas se coloque à frente dele, e faça com que os seus representantes sejam não representantes da sua vontade pessoal, não representantes dos seus interesses particulares, mas, acima de tudo, representem o sentimento da Nação brasileira, que quer uma transição pacífica do processo revolucionário autoritário, para o processo democrático. A sociedade brasileira quer um mínimo de legitimidade, não exige que o candidato escolhido tenha amplo e total respaldo popular, que tenha a unanimidade do aplauso; entretanto, o Presidente que assumir este País não pode ter unanimidade da vaia, não pode deixar de ter o mínimo que se exige de um homem público de respeitabilidade para poder encarnar as instituições que deverá comandar e dirigir.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente) — Nos termos do Regimento Comum, está encerrado o período destinado às Breves Comunicações.

O Sr. Jorge Uequed — V. Ex^a deve ver o Regimento Comum. Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raymundo Parente) — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — V. Ex^a preside esta sessão, embora não sendo Senador da República, embora não tendo mandato pelo voto popular.

O SR. PRESIDENTE (Raymundo Parente) — V. Ex^a não tem o direito de insultar a Presidência da Mesa

O SR. JORGE UEQUED — Eu não insulto; eu constato.

O SR. PRESIDENTE (Raymundo Parente) — Se V. Ex^a continuar insultando a Mesa e a mim, porque eu sou tanto Senador, quanto V. Ex^a é Deputado,...

O SR. JORGE UEQUED — Eu não insulto; eu constato. Se V. Ex^a me permite eu constato.

O SR. PRESIDENTE (Raymundo Parente) — Então, encerro a sessão nos termos do regimento.

O SR. JORGE UEQUED — Eu constato. V. Ex^a tem que ler o Regimento, antes de encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Raymundo Parente) — Está encerrada a sessão, nos termos do § 2º do art. 29 do Regimento, porque não há **quorum**.

Antes de encerrar a sessão, porém, a Presidência convoca os Srs. Parlamentares para uma sessão conjunta deste Congresso a realizar-se amanhã, às 11 horas, destinada à discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1984.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 41 minutos)

RETIFICAÇÃO

Introduza-se as seguintes retificações relativas às Atas da 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Reuniões da Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28, de 1984, que "alteram, acrescentam e suprimem dispositivos da Constituição Federal".

No DCN nº 88, de 15-8-84, na página 1784, 1ª coluna:
Onde se lê:

Ata da 7ª Reunião, realizada em 5 de junho de 1984.
Leia-se:

Ata da 6ª Reunião, realizada em 5 de junho de 1984.

No DCN nº 79, de 30-6-84, na página 1647, 2ª coluna:
Onde se lê:

Ata da 8ª Reunião, realizada em 6 de junho de 1984.
Leia-se:

Ata da 7ª Reunião, realizada em 6 de junho de 1984.

No DCN nº 87, de 14-8-84, na página 1753, 3ª coluna:
Onde se lê:

Ata da 9ª Reunião, realizada em 12 de junho de 1984.
Leia-se:

Ata da 8ª Reunião, realizada em 12 de junho de 1984.

No DCN nº 87, de 14-8-84, na página 1757, 1ª coluna:
Onde se lê:

Ata da 10ª Reunião, realizada em 13 de junho de 1984.
Leia-se:

Ata da 9ª Reunião, realizada em 13 de junho de 1984.
No DCN nº 79, de 30-6-84, na página 1653, 2ª coluna:

Onde se lê:

Ata da 11ª Reunião, realizada em 20 de junho de 1984.
Leia-se:

Ata da 10ª Reunião, realizada em 20 de junho de 1984.

No DCN nº 122, de 3-10-84, na página 2372, 2ª coluna:

Onde se lê:

Ata da 11ª Reunião, realizada em 25 de junho de 1984.

Leia-se:

Ata da 12ª Reunião, realizada em 25 de junho de 1984.

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície.

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70 160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00